ECONOMIA

Imposto de Renda Até às 17 horas de ontem, a Receita Federal já recebeu mais de 5 milhões declarações do Imposto de Renda. O prazo de entrega termina em 29 de abril e são esperadas 28,5 milhões de declarações. Quem perder o prazo pagará multa no valor de R$ 165,74.

Conta de água terá alta de 11,96% em abril

Após cinco meses, novo reajuste acontece de forma linear, em todos os 150 municípios cearenses, além da Capital

Atendendo à solicitação da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), as agências reguladoras no Estado autorizaram a aplicação de tarifa média de água e esgoto no valor de R$ 3,03 por cada metro cúbico consumido. O valor representa uma recomposição de 11,96%, de forma linear, nas tarifas praticadas pela Cagece nos 151 municípios atendidos pela companhia, inclusive Fortaleza. Os valores das tarifas passam a valer a partir do dia 23 de abril de 2016, 30 dias após publicação legal, segundo divulgou, ontem, a companhia.

O novo aumento, que contempla todas as categorias e todas as faixas de tarifa, foi autorizado pela Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce) – no caso dos municípios do interior –; e Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle de Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFOR) – no caso de Fortaleza.

Recomposição

A Cagece informa que a medida é uma recomposição da revisão aplicada em dezembro de 2015 – quando houve o reajuste não linear de 12,9% –, uma vez que, passados os primeiros ciclos de faturamento, observou-se, novamente, que o percentual não foi suficiente para cobrir, minimamente, os custos de tratamento e operação dos serviços prestados pela empresa. "Do último ano até agora, o aumento do custo tem sido considerável para a companhia, principalmente por conta da estiagem. Tivemos um aumento significativo de energia elétrica, e de material de tratamento da água bruta. Essa nova recomposição vai nos ajudar a manter a operação do sistema nesse novo ano, para que não tenhamos dificuldades na operação e na prestação de serviço, entregando uma água de qualidade, coletar o esgoto e tratá-lo de forma adequada", declarou ao jornal O Estado o presidente da concessionária, Neuri Freitas.

O dirigente destacou que o novo percentual já tinha sido apresentado junto às agências reguladoras, e era um percentual que já havia sido divulgado, em uma nota técnica, em 2015, "mas que não tínhamos ido até esse número porque a gente acreditava que poderia haver uma melhora, e fomos por partes". Freitas observou, ainda, que, mesmo após o reajuste anterior, "a gente acabou percebendo que a situação tem se agravado e complicado e não teve um equilíbrio entre faturamento e custo".

Escassez

A Cagece informou que, além do aumento de insumos, como energia e produtos químicos, a situação de escassez também encarece o tratamento da água, bem como os níveis de qualidade exigidos na prestação dos serviços oferecidos, frente à defasagem tarifária, que também têm determinado um aumento considerável das despesas de operação. Em novembro de 2015, as agências reguladoras autorizaram revisão extraordinária das tarifas em um percentual médio de 12,9%, sendo que tal revisão teve caráter extraordinário quando foi identificado risco de desequilíbrio nas contas. Essa revisão extraordinária anterior concedida, segundo a companhia, não foi suficiente para manter o equilíbrio necessário para manutenção da operação.

Chuvas e queda no consumo devem ajudar

Freitas lembrou que, em janeiro, em virtude de algumas chuvas, os mananciais de alguns municípios – como Quiterianópolis, Tauá, Saboeiro e Itapipoca, por exemplo – "pegaram" água suficiente para terminar o ano, com a recarga em apenas um mês. Contudo, "na média do Estado, não está legal", contrapõe o dirigente. "Agora, nos meses de março a maio, nossa expectativa é que chova para recompor alguns mananciais, dando sobrevida para continuar [o fornecimento] durante o período até a próxima quadra invernosa", pondera.

Mesmo com o anúncio de mais um período de seca previsto para o Ceará este ano, Neuri Freitas informa que, apesar do segundo aumento, em menos de 12 meses, as tarifas deverão se manter, pelo menos, até o final do ano. "Como tivemos aquele estudo em 2015, a nossa expectativa era de que, com aqueles 12,9% de reajuste anterior, a gente conseguisse manter a prestação do serviço. Como verificamos que não seria possível, solicitamos essa recomposição – que seria a diferença para o que, de fato, havia sido estudado anteriormente –, mas isso [alta em abril] para chegarmos até o final do ano sem ter novo aumento", afirmou o dirigente.

Por fim, sobre o possível racionamento na Capital, ele descartou essa possibilidade, mas com duas condicionantes. "Precisamos esperar essa quadra invernosa e a transposição do [rio] São Francisco, que tem previsão para agosto deste ano. Até lá, o momento é de pedir para que todo o cliente, usuário e a população, de uma forma geral, comece a reduzir o consumo para termos água por um período mais longo", finalizou o presidente da Cagece.

EÓLICA FAÍSA III – GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 11.619.413/0001-75

BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	31/12/15	31/12/14
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	9.308	8.209
Contas a receber (Nota 8)	5.806	3.852
Despesas antecipadas (Nota 9)	614	427
Outros ativos	460	196
	16.188	12.684
Não circulante		
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	2.263	1.788
Contas a receber (Nota 8)	2.644	-
Imobilizado (Nota 10)	86.635	87.872
Intangível	10	10
	91.552	89.670
Total do ativo	107.740	102.324
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores (Nota 11)	3.882	3.342
Adiant.de clientes(Nota 12)	3.228	1.027
Emprést.e financiamentos (Nota 13)	2.754	2.529
Dividendos a pagar	1.248	606
Outros passivos (Nota 14)	684	480
	11.796	7.984
Não circulante		
Emprs.e financiamentos (Nota 13)	65.817	68.220
Total do passivo	77.613	76.204
Patrimônio líquido(Nota 15)		
Capital social	24.175	24.175
Reserva legal	391	128
Reserva de lucros	5.561	1.817
Total do patrimônio líquido	30.127	26.120
Total do passivo e patrimônio líquido	107.740	102.324

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015	2014
Operações continuadas		
Receita líquida de vendas (Nota 16)	16.709	17.706
Custo das vendas (Nota 17)	(8.777)	(4.869)
Lucro Bruto	9.932	12.837
Desps.administrats.(Nota 18)	(838)	(1.918)
Lucro operacional	9.094	10.919
Recs.financeiras(Nota 19)	1.179	548
Desps.financeiras (Nota 19)	(4.100)	(4.012)
Despesas financeiras, líquidas	(2.921)	(3.464)
Lucro antes do I.R. e contribuição social	6.173	7.455
I.R. e contrib.social(Nota 20)	(919)	(717)
Lucro do exercício	5.254	6.738
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	2.096	2.096
Lucro por ação do capital social no exercício	2,51	3,21

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes do I.R. e contribuição	6.173	7.455
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício		
Juros, variações monetárias e cambiais	2.616	1.755
Depreciação e amortizações	4.367	3.241
Lucro líquido do exercício ajustado	13.156	12.451
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Variações de ativos e passivos		
Despesas pagas antecipadamente	(187)	(423)
Contas a receber	(4.527)	-
Outros ativos	(294)	(3.511)
Adiantamento clientes	2.201	1.027
Fornecedores	540	-
Outros passivos	74	268
Caixa gerado p/operações	10.963	9.812
IR e CSLL pagos	(789)	(542)
Juros pagos	(2.478)	(1.537)
Caixa líquido gerado p/atividades operacionais	7.696	7.733
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(474)	(1.788)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(3.201)	(11.661)
Caixa líquido aplicado nas ativids.de investimentos	(3.675)	(13.449)
Fluxos de caixa das ativs.de financiamentos		
Ingresso de financiamentos/ empréstimos	170	56.457
Amortiz.de financiamentos/ empréstimos	(2.486)	(1.558)
Constituição de Reserva de Capital	-	3.109
Baixa de Capital Social	-	(22.034)
Baixa de Reserva de capital	-	(24.375)
Pagamento de dividendos	(606)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(2.922)	11.599
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	1.099	5.882
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.209	2.327
Caixa e equivs.de caixa no final do exercício	9.308	8.209

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva de ágio na emissão de ações	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros/Prejs acumulados	Total
Em 01/01/2014	46.209	21.266	-	-	(4.187)	63.288
Redução do Capital (Nota 15 (b))	(22.034)	-	-	-	-	(22.034)
Reserva de ágio na emissão de ações(Nota 15(c))	-	3.109	-	-	-	3.109
Red.de reserva de ágio na emissão de ações (Nota 15(c))	-	(24.375)	-	-	-	(24.375)
Lucro do exercício	-	-	-	-	6.739	6.739
Constituição de reserva legal (Nota 14(d))	-	-	128	-	(128)	-
Constituição de reserva lucro	-	-	-	1.818	(1.818)	-
Dividendos mínimos obrigatórs.(Nota (14(d))	-	-	-	-	(606)	(606)
Em 31/12/2014	24.175	-	128	1.818	-	26.121
Em 01/01/2015	24.175	-	128	1.818	-	26.121
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.254	5.254
Constituição de reserva legal (Nota 14(d))	-	-	263	-	(263)	-
Constituição de reserva lucro	-	-	-	3.743	(3.743)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota (14(d))	-	-	-	-	(1.248)	(1.248)
Em 31/12/2015	24.175	-	391	5.561	-	30.127

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção A – Informações gerais - 1. Contexto operacional - A Eólica Faísa III – Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado constituída com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Faísa III, no município de Trairi, Estado do Ceará. A Companhia é controlada pela Eólica Faísa S.A. Em 29 de março de 2014 a Companhia entrou em operação. A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade Instalada MW (*)	Energia Assegurada MWh	Início	Término
Faísa III	CE	Trairi	25,2	8,3	Agosto de 2010	Agosto de 2045

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 5 de fevereiro de 2016. **(a) Contrato de Energia de Reserva – CER** - A Companhia firmou em 29 de setembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo referido contrato a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R$ 152,69/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. O contrato de Energia de Reserva – CER foi aditado 21 de janeiro de 2014, mudando a capacidade instalada para 29,4 MW. Em 11 de outubro de 2013 a ANEEL alterou, através do Despacho nº 3.507, o cronograma para entrada em operação do Parque Eólico, bem como prorrogou o início do período de suprimento previsto no CER firmado com a CCEE para 1º de janeiro de 2014. Em função da alteração do cronograma pela ANEEL, ficou suspenso o direito da CCEE de aplicar quaisquer penalidades ou sanções previstas no CER decorrentes de atrasos no início do período de suprimento, até a nova data autorizada pela ANEEL. Dessa forma, a partir de 2014 a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia elétrica efetivamente gerada serão compensadas financeiramente. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio encerra-se em 30 de junho de 2016; b) Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá 70% sobre o valor do contrato que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. **(b) Representação de cifras comparativas** - Os saldos de 31 de dezembro de 2014 foram reapresentados conforme a seguir:

	Originalmente apresentado	Reclassificação	Saldos reapresentados
Ativo circulante	14.442	(1.788)	12.654
Ativo não circulante	87.882	1.788	89.670
Total do ativo	102.324	-	102.324

A reapresentação dos saldos patrimoniais (ativo) foi efetuada para refletir a adequada segregação dos títulos e valores mobiliários entre curto e longo prazo. Não houve impacto na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. **2. Apresentação das informações contábeis e principais políticas contábeis adotadas** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **2.1. Base de Preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **(a) Demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Em função de não haver outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nestas demonstrações financeiras. **Seção B - Riscos - 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período estão divulgadas abaixo. **(a) Vida útil econômica de ativos não financeiros** - Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei n.º 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão. A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão (Nota 1) e nas vidas úteis estimadas de cada bem (Nota 22.4). **4. Gestão de risco financeiro - 4.1. Fatores de risco financeiro** - As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos. A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor Financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas. **Risco de mercado** - Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Riscos regulatórios** - As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **Risco de crédito** - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis tem risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE). **Risco de liquidez** - É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2015				
Empréstimos e financiamentos	2.754	2.866	9.300	53.651
Fornecedores	3.882	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014				
Empréstimos e financiamentos	2.529	2.615	8.893	56.712
Fornecedores	3.342	-	-	-

4.2. Gestão de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 :

	2015	2014
Total dos empréstimos (Nota 13)	68.571	70.749
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6) e títulos e valores mobiliários (Nota 7)	(11.571)	(9.997)
Dívida líquida (a)	57.000	60.752
Total do patrimônio líquido	30.127	26.120
Total do capital (b)	87.127	86.872
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	65	70

4.3. Estimativa do valor justo - A Companhia não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos.

5. Instrumentos financeiros

	31/12/15	31/12/14
Empréstimos e recebíveis		
Ativos financeiros - Caixa e equivalente de caixa	9.308	8.209
Ativos financeiros - Empréstimos e recebíveis	8.910	4.018
Ativos financeiros - Títulos e valores mobiliários	2.263	1.788
	20.481	14.015
Outros passivos financeiros		
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado –		
Empréstimos e financiamentos	68.571	70.749
Outros passivos financeiros – Fornecedores	3.882	3.342
	72.453	74.091

Seção E – Notas explicativas relevantes selecionadas

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/15	31/12/14
Depósitos bancários em conta-corrente	1	139
Depósitos bancários de curto prazo (*)	9.307	8.070
	9.308	8.209

(*) As aplicações financeiras são remuneradas a uma taxa média de 100% do CDI, com liquidez imediata.

7. Títulos e valores mobiliários
Conforme cláusula prevista no contrato de financiamento, a Companhia mantém investimento em quota de fundo de renda fixa, no montante atualizado em 31 de dezembro de 2015 de R$ 2.263 (em 31 de dezembro de 2014 – R$ 1.788) equivalente a 3 vezes o valor da prestação junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, 1 vez p valor da parcela do financiamento do BNB e 1 trimestre de O&M dos aerogeradores. Esses investimentos apenas poderão ser resgatados após a liquidação final dos empréstimos.

8. Contas a receber

	31/12/15	31/12/14
Circulante		
Central Eólica São Cristovão	53	252
Central Eólica São Jorge	49	-
Central Eólica Santo Antonio de Pádua	28	-
ABB Ltda.	71	320
CCEE - Camara de comercialização de energia elétrica (a)	8.249	3.280
Não circulante	(2.644)	-
Circulante	5.806	3.852

(a) A Companhia recebe da CCEE – Câmera de Comercialização de Energia Elétrica mensalmente 1/12 avos do valor de energia contratada. Como a contabilização é feita pela geração de energia, o saldo excedente da geração em relação aos valores mensais é registrado como contas a receber. Este excesso de energia será recebido conforme descrito na Nota 1. Não existem valores de contas a receber vencidos nos exercícios apresentados. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

9. Despesas antecipadas

	31/12/15	31/12/14
Seguros	42	31
Comissão de fiança (a)	394	396
O & M aerogeradores(b)	178	-
	614	427

(a) A comissão de fiança possui vigência semestral e é paga semestralmente, sendo apropriada ao resultado pela sua vigência. (b) As despesas com O&M dos aerogeradores são pagas antecipadamente a cada trimestre e são a apropriadas ao resultado pela sua vigência.

10. Imobilizado

	Adiantamentos a fornecedores	Imobilizado em curso	Aerogeradores	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Linhas de transmissão	Construções civis	Total
Custo								
Em 1º de janeiro de 2014	54.961	21.983	-	-	-	-	-	76.944
Adições (a)	1.143	533	12.458	4	12	-	19	14.169
Transferência (a)	(55.312)	(22.516)	55.312	-	-	2.172	20.344	-
Depreciação	-	-	(2.541)	(1)	(1)	(52)	(646)	(3.241)
Em 31 de dezembro de 2014	792	-	65.229	3	11	2.120	19.717	87.872
Adições (a)	-	3.150	-	11	-	-	40	3.201
Transferência (a)	(721)	-	-	-	-	-	721	-
Baixa	(71)	-	-	-	-	-	-	(71)
Depreciação	-	-	(3.389)	(3)	(1)	(69)	(905)	(4.367)
Em 31 de dezembro de 2015	-	3.150	61.840	11	10	2.051	19.573	86.635

11. Fornecedores

	31/12/15	31/12/14
Fornecedores	3.882	3.342

O maior saldo em aberto que a Companhia possui em 30 de setembro de 2015 de R$1.033 com a Suzlon Energia Eólica do Brasil é decorrente do fornecimento dos aerogeradores.

12. Adiantamento de clientes

	31/12/15	31/12/14
Adiantamento de clientes - geração de energia (a)	2.201	-
Adiantamento de clientes - outros (b)	1.027	1.027
Adiantamento de clientes	3.228	1.027

(a) Refere-se à diferença do período de apuração findo em 30 de junho de 2014, entre a receita de fornecimento de energia, reconhecida com base nos volumes efetivamente gerados e com base nas informações de fornecimento conforme a CCEE. O valor encontra-se em discussão entre a Companhia e a CCEE e a Companhia espera acordo de valor até o encerramento do exercício. (b) Refere-se à diferença do período de apuração findo em 30 de junho de 2014, entre a receita de fornecimento de energia reconhecida com base nos volumes efetivamente gerados e com base nas informações de fornecimento conforme a CCEE. O valor encontra-se em discussão entre a Companhia e a CCEE.

13. Empréstimos e financiamentos

	Encargos financeiros	31/12/15	31/12/14
BNDES	1,88% a.a + TJLP e	15.516	16.374
BNB	2,5% a.a.	53.055	54.375
Circulante		(2.754)	(2.529)
Não circulante		65.817	68.220

Os montantes do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/12/2015
2017	2.866
2018	3.000
2019	3.076
2020	3.225
2021	3.387
A partir de 2022	50.264
	65.817

Garantias financeiras - As garantias oferecidas para pagamento da dívida são fiança bancária, alienação fiduciária das máquinas e equipamentos relativos ao projeto descrito em contrato, penhor de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da receita fixa, penhor dos direitos emergentes e constituição de conta reserva.

14. Outros Passivos

	31/12/15	31/12/14
Tributos a recolher	603	433
Salários e encargos a pagar	62	25
Outros	19	22
	684	480

15. Capital social e reservas - (a) Capital social - O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2015 é de R$ 24.175 e está representado por 2.095.940 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas Assembleias Gerais da Companhia. **(b) Redução de Capital** - A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, aumentar ou reduzir o número de ações ordinárias e/ou criar preferenciais de uma classe ou mais, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais ações, observadas as normas do Estatuto. Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de março de 2014, foi aprovada a redução do capital de R$ 46.209 para R$ 24.175 mil, sem a alteração da quantidade de ações. **(c) Constituição e reversão da reserva de ágio** - No primeiro semestre de 2014 foi autorizada a constituição, com base no Art. 182 da Lei 6.404/76, de Reserva de Capital no montante de R$ 3.109, a qual foi constituída após a integralização do capital social subscrito autorizado em Assembleias anteriores. Em 11 de julho de 2014, com base no Art. 44, §6º da Lei Federal de nº 6.404/1976, os acionistas aprovaram o resgate da totalidade das 1.916.011 Ações referenciais "Classe A" no montante total de R$ 24.375, existente na reserva de capital. **(d) Apuração de dividendo mínimo obrigatório** - Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados da seguinte maneira:

	31/12/15	31/12/14
Resultado do exercício	5.254	6.638
Absorção de prejuízos acumulados	-	(4.187)
Base da reserva legal	5.254	2.251
Constituição da reserva legal (5%)	(263)	(128)
Base do dividendo mínimo obrigatório	4.991	2.423
Provisão do dividendo mínimo obrigatório (25%)	1.248	606

16. Receita Operacional

	31/12/15	31/12/14
Receita de fornecimento de energia CER (*)	17.342	13.486
Receita de fornecimento de energia PLD (**)	-	4.869
Outras receitas	-	21
Deduções (PIS e COFINS)	(633)	(670)
	16.709	17.706

(*) Energia vendida junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica pelo contrato de energia de reserva. (**) Energia vendida no Mercado de Curto Prazo.

17. Custo Operacional

	31/12/15	31/12/14
Depreciação e amortização	4.367	3.241
Encargos de transmissão (a)	1.252	832
O&M	734	495
Serviços prestados	73	103
Arrendamentos	212	164
Encargos de conexão (a)	35	34
Taxa Aneel	86	-
Outros	18	-
	6.777	4.869

(a) Refere-se a encargos que se tornaram devidos a partir do momento que o Parque Eólico entrou em operação.

18. Despesas administrativas

	31/12/15	31/12/14
Serviços de terceiros	402	738
Salários e encargos sociais	83	271
Encargos de transmissão (a)	-	264
Despesas com salários e encargos sociais	13	123
Despesas com viagens	149	148
Seguros	-	15
Encargos de conexão (a)	31	96
Projetos sociais	25	29
Contribuição patronal	402	738
Outras despesas	135	234
	838	1.918

(a) Refere-se a encargos que se tornaram devidos a partir do momento que o Parque Eólico entrou em operação.

19. Receitas e despesas financeiras

	31/12/15	31/12/14
Despesa de juros sobre obrigações financeiras mensuradas pelo custo amortizado	(2.616)	(1.755)
Comissão de estruturação e comissão de fiança(a)	(1.475)	(2.191)
Outras despesas financeiras	(9)	(66)
Despesas financeiras	(4.100)	(4.012)
Receita sobre aplicação financeira	1.163	540
Outras receitas	16	8
Receitas financeiras	1.179	548
Resultado financeiro	(2.921)	(3.464)

(a) A comissão de Estruturação refere-se ao custo parcial de estruturação da garantia ao financiamento junto ao BNB, como parte do custo de transação do financiamento.

20. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/15	31/12/14
Receita bruta de vendas	17.342	18.376
Presunção imposto de renda	8%	8%
Presunção contribuição social	12%	12%
Demais Receitas e Ganhos de Capital	1.203	508
Imposto de renda – Presumido		
Imposto de renda: 15%	389	297
Adicional 10%	235	176
Contribuição social: 9%	296	244
Imposto de renda e contribuição social	919	717

A Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT) que se tornou obrigatório no ano-calendário 2010 conforme disposto no Art. 15; § 3o da Lei 11.941/09 e terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. Em 13 de maio de 2014 a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14, confirmando a revogação do Regime tributário de transição (RTT) a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014. A Companhia concluiu a análise dos impactos advindos das disposições contidas na referida Lei, tanto em suas demonstrações financeiras, como em sua estrutura de controles internos e não identificou efeitos significativos em decorrência da referida lei.. **21. Cobertura de seguros (não revisado)** - A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas, pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Tipo de Seguro	Valor segurado	Vigência
Responsabilidade civil	10.000	31 de março de 2016
Risco operacional	121.728	29 de março de 2016

Seção F – Políticas contábeis

22. Resumo das principais políticas contábeis - 22.1. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). **22.2. Contas a receber e adiantamento de clientes** - As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh